

ACTA Nº 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 18 de Dezembro de 2010

No dia dezoito de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2011 – Opções do Plano, Plano de Actividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita;

4.3 – Proposta de revisão aos Documentos Previsionais / ano financeiro 2010 / 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais;

4.4 - Proposta de Mapa de Pessoal a que alude o artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o ano 2011;

4.5 - Proposta de Rectificação à Reorganização dos Serviços Municipais do Município do Montalegre, de acordo com o Decreto Lei

n.º 305/2009, de 30 de Outubro, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de Setembro, do ano em curso;

4.6 – Revogação da deliberação da Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro, celebrado entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 19 de Junho do ano em curso / Aprovação de Nova Minuta de Protocolo;

4.7 – Protocolo “Rede Transportes Concelhia” (Transporte Público / Transporte Escolar) / Para Conhecimento;

4.8 – Aditamento ao Protocolo “Rede Transportes Concelhia” (Transporte Público / Transporte Escolar), entre o Município de Montalegre e as Empresas Rodoviária D` Entre Douro e Minho, S.A., Auto Viação do Tâmega, Lda. e Salamondetur, Viagens e Transportes, Lda;

4.9– Nomeação de representantes na CPCJ de Montalegre para o biénio de 2011/2012.

5 – Período após a Ordem do Dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e oito membros. Não compareceram à chamada os deputados Luís Carril, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, António Eduardo Santos, Francisco Surreira, Márcio Azevedo, Cristóvão Calhelha, Pedro Giesteira, Amadeu Dias, Joaquim Alves, António Dias, José Bento Dias e Paulo Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Carvalho, Maria Clotilde Gomes, Rui Alves, Sónia Fernandes, José Alves, Luís Marinho, Sandra Gonçalves, António Cascais, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, Amadeu Dias, António Dias e Domingos da Costa.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos, Ana Dias e António Miranda.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Manuel

Orlando Fernandes Alves, Adelino Augusto Santos Bernardo e Duarte José Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010.

A acta da sessão ordinária do dia 24 de Setembro de 2010 foi posta à consideração, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Manuel Ramos feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que foi registada a sua falta na sessão anterior, mas esteve presente. Espera que este erro seja rectificado.

O deputado Manuel Ramos apresentou a seguinte “Declaração de Voto”:
“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre. Quando da discussão do ponto 4.11, da 4ª sessão ordinária desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara injuriou pessoas e depreciou o desempenho de um órgão de soberania, ao considerá-lo manobrável.

Estes factos não constam na acta. Claramente, não se trata de um erro ou lapso de quem a elaborou, este ponto da acta foi deliberadamente composto para omitir as injúrias proferidas.

Não espero a sua correcção. Este documento, ao não relatar o que ocorreu na sessão a que respeita, é falso.

Por isso, voto contra a acta da 4ª sessão ordinária desta Assembleia. Montalegre, 18 de Dezembro de 2010. Assinado, Manuel Ramos.”

Posta a votação a acta foi aprovada por maioria com três votos contra e nove abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer o pedido de suspensão do mandato, pelo período de 365 dias, do deputado Luís Rogério Barroso Marinho tendo sido substituído pela deputada Alda Sofia Moreira Malho.

Deu ainda a conhecer que o líder da bancada do Partido Social Democrata deixa de ser o deputado Fernando Calvão e passa a ser o deputado António Cascais.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Ricardo Moura, Pedro Barroso, Manuel Ramos e João Soares.

O deputado António Cascais, sobre o funcionamento da Assembleia disse que se absteve porque não esteve presente na última sessão, mas leu a acta e chegou à conclusão que o trabalho feito pelo secretariado está longe de ser bem feito, pois não se pode marcar falta a um deputado que mais tarde se inscreve para intervir.

Manifestou também descontentamento relativamente ao funcionamento da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Não percebe como é que Portugal vai aguentar que se gastem rios de dinheiro com órgãos e o seu funcionamento seja uma verdadeira desgraça. Nem os documentos que levam a reuniões estão em condições tendo que ser alterados.

Fez um reparo de agrado ao executivo porque em algumas áreas do concelho e nomeadamente em zonas de baldios se verifica um cuidado acrescido na sua limpeza.

Felicitou ainda a Câmara pela comparticipação que teve na ADERE que muito contribuiu para isto, com competência, desprovida de recursos, mas a Câmara financiou esses projectos.

O deputado Ricardo Moura saudou todos os presentes e disse que faz 18 anos que a Assembleia Municipal começou a ser mais solidária e mais fraterna. Antigamente os deputados nem se falavam. Hoje são todos amigos. Espera que todos participem no almoço de Natal oferecido pela Câmara.

O deputado Pedro Barroso desejou boas festas e bom Natal para todos. O bem estar das pessoas deve estar acima de tudo e das questões político partidários. Referiu um artigo do Jornal de Notícias que falava sobre a regionalização e disse que Portugal terá que pensar seriamente nesse assunto, pois na Grécia, com a entrada do FMI foram extintas várias freguesias.

Louvou o facto do Presidente ter dado bastantes entrevistas a vários canais televisivos e falou nomeadamente do Porto Canal, onde disse que o concelho

de Montalegre é essencialmente agrícola. O deputado Pedro Barroso defende que deveria existir um pelouro da Agricultura.

Perguntou como está a ser explorada a Quinta da Veiga.

Referiu o forte nevão ocorrido e louvou o esforço da Câmara, tendo saído muito dinheiro dos cofres da autarquia, embora o esforço não tenha chegado a todas as aldeias pois em algumas não se conseguia circular. Foi uma compensação aos nossos empreiteiros que este ano pouco serviço tiveram. Em Montalegre não havia estacionamento pois o parque não foi limpo de imediato.

Perguntou se não será viável que a Câmara compre mais uma máquina limpa neves e uma mais pequena para limpar no centro das aldeias.

Disse que a neve de Montalegre não vende e é um produto de excelência e que se deve apostar mais neste produto turístico.

Falou da EDP pois este assunto tem dado azo a muitas entrevistas. Disse que não é de uma forma hostil que se vai conseguir o que quer que seja da EDP. Disse que a Câmara se devia sentar à mesa com o Governo e a EDP para que Montalegre consiga as mais valias merecidas. O Senhor Presidente da Câmara poderia usar a sua influência dentro do Partido Socialista.

Não acredita que a EDP faça um contrato com retroactivos de há 30 anos atrás. Deve exigir-se é um melhor contrato daqui para a frente.

O deputado Manuel Ramos disse que há dias estava a ler um jornal da zona de Vila Real onde se dizia que a "batata da campeã" irá ser comercializada em grandes superfícies. Isto quer dizer que a batata tem futuro. Falta é, por parte dos agricultores de Montalegre, organização e de alguém que os oriente. Isto devia ser uma incumbência da Câmara. Vale a pena lutar por isso para que os agricultores tenham melhorias de vida.

O deputado João Soares agradeceu publicamente à Câmara pelo apoio que dá ao Grupo Coral de Montalegre, no que diz respeito ao transporte.

Disse que a Assembleia Municipal deve ser vista como uma família e que é uma indelicadeza se o PSD não aceitar o convite feito pela Câmara.

O Primeiro Secretário da Mesa, Manuel Carvalho, respondeu ao deputado António Cascais e disse que os secretários da Assembleia não têm competência para marcar falta e é difícil controlar as faltas pois os deputados não estão todos na hora da chamada e muitos deles saem da sala muito antes do término da sessão.

O deputado António Cascais disse que a sua intervenção é de carácter correctivo.

Sobre os convívios de Natal disse que era mais salutar se fossem jantares e não almoços pois seria fora do ambiente de discussão e do funcionamento da Assembleia. No intervalo das sessões há planeamentos que têm que ser feitos e se os dois partidos se juntarem isso já não pode ser feito. Há a necessidade de se organizarem.

O deputado João Soares aceitou a explicação dada pelo deputado António Cascais e defende que o convívio deve manter-se e ainda se está a tempo de marcar o tal jantar.

O Senhor Presidente da Câmara começou por desejar boas festas para todos. Admitiu que na discussão de alguns assuntos da última reunião houve a partes de ambos os lados que não tenham sido transcritos para a acta como acontece normalmente. Mas rejeitou que críticas fossem consideradas injúrias.

Falou sobre a CIM e disse que se a nossa funciona como funciona as outras não funcionam melhor. Uma CIM que tem como única competência gerir fundos comunitários devia ser gerida com muita mais eficiência ou então não serve para nada.

Sobre os baldios, disse que afinal o PNPG sempre tem alguns privilégios pois a intervenção é resultado de um projecto específico para áreas no parque. É um projecto extraordinário, ambiental e de promoção da economia local. Espera que saibam aproveitar pois a Câmara fez um grande esforço financeiro.

Sobre a questão agrícola, disse que o grande problema do concelho de Montalegre é a comercialização dos produtos, mas não é à Câmara que compete fazer a sua comercialização. Tem que se encontrar o equilíbrio entre a Câmara e as associações locais e discutir intervenção nesta área. Há alguns embaraços mas é um desafio. Um bom exemplo é o Ecomuseu que ainda há pouco recebeu um prémio de melhor projecto de empreendedorismo social transmontano. É um projecto a replicar noutros concelhos. A loja turística vende os percursos pedestres, vende artesanato, vende a batata, vende a carne e vende alojamento. É mais importante investir na economia do que em obras. Temos que arranjar soluções novas para apoiar o emprego.

Sobre a reorganização administrativa, disse que há muito onde cortar e não era preciso que fosse nos salários. Não se admite que haja tantas freguesias no nosso país.

Sobre a Quinta de Veiga, disse que os terrenos cultivados são para dar apoio à reserva de caça. Disse que fez pressão para que se elaborasse um projecto de desenvolvimento rural para o Alto Tâmega. Foi feito pela ADRAT e está bem feito. Agora faz falta criar uma associação, uma agência, uma empresa ou uma cooperativa que desenvolva um projecto, como é exemplo a COREN em

Espanha. O problema de Montalegre é que não há espírito cooperativo e o valor das terras é exorbitante. E os subsídios não motivam a produção

Sobre a EDP, disse que o mérito de pôr a questão das rendas na ordem do dia, se deve ao esforço que o Município de Montalegre teve. Hoje são oitenta Câmaras que lutam pelo mesmo. O problema está em vias de ser resolvido, pois já há um acordo sobre a derrama. A EDP apresentou também uma proposta para as rendas de dar 2,5% sobre os resultados operacionais, mas chegou-se à conclusão que é preferível que paguem 1% sobre a produção. As negociações estão a decorrer e brevemente vai haver uma reunião do conselho geral da ANMP para aprovar a proposta e apresentar ao Governo, o qual já mostro receptividade para a discutir. E este interesse não é da nossa agenda e, mesmo com governos de cores políticas diferentes, os interesses de Montalegre serão sempre vistos em primeiro lugar.

Sobre a neve e a operacionalidade dos serviços, disse que estes são sempre colocados em causa pois quanto mais se faz mais se exige, mas estiveram doze máquinas a trabalhar. Esta nevada também não foi normal pois nevou em locais onde habitualmente não neva. A área do concelho é muito extensa e dar uma resposta eficaz não é fácil. Nenhuma Câmara do país tem os equipamentos que Montalegre tem e nenhuma gasta em sal, equipamentos e pessoal o que Montalegre gasta. Não é fácil resolver os problemas todos ao mesmo tempo. A Câmara tem circuitos prioritários bem traçados e primeiro limpam as estradas de acesso à fronteira e para Chaves pois são estradas principais. Há um mecanismo bem montado, com parcerias com públicos e privados que funciona bem e que terá que ser sempre operacionalizado.

Disse que a neve vende e vende com facilidade, mas desta vez desapareceu rapidamente sem que desse para se aproveitar os fins-de-semana. Prova de que a neve vende é a visita ao site da Câmara e ao link que mostra as fotografias da neve: mais de 2.500 visitas.

Sobre a aquisição de novos equipamentos para limpar a neve disse que já tem algumas propostas vindas de uma empresa alemã, máquinas semi-novas e se se provar o bom estado dos equipamentos a Câmara comprará dois para limpar neve e espalhar sal.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso quis que ficasse claro que deu um louvor à Câmara pelo esforço que fez relativamente à neve e é normal que a Câmara de Montalegre esteja mais bem equipada.

Perguntou se na Quinta da Veiga, para além dos terrenos para a caça, a Câmara já tem algo em mente e se vai passar para a vertente agrícola.

Sobre a EDP disse que sabe que está na ordem do dia e espera que não aconteça como a EN103 pois também já está na ordem do dia há muitos anos e ainda nada foi feito.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a Quinta da Veiga, disse que não há projecto definitivo porque vão aparecendo novas ideias. É um processo em aberto que ainda não está resolvido.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte documento apresentado pela deputada Guilhermina Costa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Guilhermina Costa, membro desta Assembleia vem requerer a V. Exa cópia da gravação da 4ª sessão ordinária desta Assembleia, realizada a 24 de Setembro de 2010. Montalegre, 18 de Dezembro de 2010. Assinado, Guilhermina Costa."

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Joaquim Pires.

O deputado Pedro Barroso falou das obras das águas em S. Pedro e em Serraquinhos e perguntou porque é que não se faz já as obras para colocar o saneamento uma vez que tiveram que se rebentar as ruas e com mais algum dinheiro fazia-se uma obra em condições.

Falou sobre as obras que começam na rotunda dos bois e vão até ao Bairro do Crasto, pois houve uma primeira fase em que abriram a estrada e agora estão a abri-la novamente. Não percebe porque é que não fazem tudo de uma vez. Relativamente à pedra que estão a colocar, disse que é muito bonita mas é um pouco perigosa para um condutor mais distraído, provocando algum rebentamento de pneus.

Disse que não vê descrito no documento apresentado, as verbas gastas com a Sexta-feira 13. Falou ainda do jantar realizado no pavilhão multiusos,

perguntou quem organizou, quanto se gastou e quais os critérios para o envio dos convites pois pelas fotografias que viu na internet, não reconheceu muita gente.

O deputado Joaquim Pires, sobre o traçado do novo projecto, disse que Vilar de Perdizes merece que a estrada passe por lá, poupava-se algum dinheiro e a aldeia ficava bem servida.

Falou sobre o projecto das Minas da Borralha e disse que uma vez que já se compraram algumas casas, perguntou se há algum financiamento previsto. Não se podem fazer museus em todo o lado. Há que rentabilizar recursos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que era ideal que se fizessem os saneamentos onde se fazem as redes de água e há 30 aldeias que precisam de ver beneficiadas as redes de água. Mas não há hipótese de fazer o saneamento nessas 30 aldeias. O custo que se tem com a beneficiação das redes de água não é o mesmo do saneamento só porque se tem a vala aberta. A rede de águas custa 140 mil euros e o saneamento custa perto de 500 mil euros. Não há hipótese de se fazer saneamento em todas as aldeias.

Temos que ter prioridades e Montalegre tem como prioridades a rede viária, a água, o apoio à economia e a capacidade de atracção e de promoção, para além da caução e dos investimentos sociais.

Sobre os rasgos da estrada para o Bairro do Crasto, disse que são para substituir iluminação aérea, inserida no projecto de regeneração urbana da sede do concelho, e em relação aos passeios disse que a obra ainda não está concluída.

Sobre a Sexta-feira 13, disse que não tem as despesas discriminadas, mas outras iniciativas que se fizeram também não têm. A despesa da Sexta-feira 13 não foi além daquilo que se costuma gastar porque a animação de rua foi barata.

Sobre o jantar referido disse que esteve presente mas que era uma iniciativa privada e que os bombeiros que exploraram o restaurante, até tiveram a gentileza de lhe oferecer o jantar para si e para mais quatro ou cinco convidados. Não houve encargos para a Câmara, apenas cedência do espaço. A organização desse jantar foi feita apenas depois de se saber que os restaurantes já estavam cheios para que não houvesse concorrência, pois a procura era grande.

Sobre a estrada de Chaves, disse que respeita a ideia dos outros mas ele também tem a sua própria ideia, que por acaso coincide com a da maioria. A estrada tem como interesse principal a rapidez de acesso a Chaves e à A24. Vilar de Perdizes não ganha nada com a passagem da estrada porque as pessoas que querem ir para Chaves ou para o Porto não vão a Vilar.

Sobre a Borralha, disse que a Câmara já gastou 310 mil euros com o objectivo de preservar um património com muita história. Aproveitou-se uma candidatura do PROVER para fazer a obra pois trata-se do maior repositório de arquivo mineiro do país. Vai criar mais atractividade e atrair mais visitantes. O PROVER financia a obra em 60% e o Fundo de Turismo vai co-financiar os restantes 40%. Atendendo ao valor patrimonial, a Câmara fez um bom negócio. A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2011 – Opções do Plano, Plano de Actividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Mário Mendes, António Cascais, Pedro Barroso e Joaquim Pires.

O deputado Domingos Vasconcelos felicitou o Presidente da Assembleia pelo facto de marcar as reuniões da Assembleia ao sábado, ao contrário do que muitas pessoas querem.

Disse que no plano de actividades vê alguns saneamentos, que estavam previstos para 2010, que transitaram para 2011. Perguntou se os saneamentos de Vila Nova, Sidrós e Ferral vão ser feitos uma vez que foram promessa eleitoral, mas não constam do Plano. São essenciais para estas localidades e se se pensava não avançar com a obra, não se devia prometê-la.

Referiu ainda que o jardim-de-infância de Ferral também não consta no plano e gostava de saber porquê.

Disse que o Presidente referiu que a estrada de Vila Nova está em curso, mas ainda não viu nada.

Vai votar contra e irá apresentar uma declaração de voto justificando a sua posição.

O deputado António Ferreira disse que, na sua opinião, o documento está bem apresentado. Muitas vezes mete conversa com os visitantes de Montalegre que continuam a dizer que é bom viver em Montalegre.

É impensável que todos acreditem que o distrito do Porto seja abastecido apenas com batatas da campeã. Não daria para alimentar meio dia a população do Porto.

Disse que a Câmara de Chaves e Boticas lançaram para a comunicação social despesas com a neve, valores elevadíssimos. Montalegre, que teve realmente grande despesa, apresentou apenas 100 mil euros de despesa.

Sobre as reuniões da Assembleia ao sábado, disse que é contra pois os deputados têm a sua vida privada e sugere que sejam feitas depois das 18h00.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que um órgão da comunicação social, afoito a sensacionalismos, lançou que o espaço era trabalhado por particulares e que pastava lá um rebanho. O rebanho é seu e nunca lá ficou, pois custou-lhe dinheiro. Não foi financiado. Quando o rebanho vai para lá, vai pastar onde lhe é permitido e em terrenos privados. Convinha que fosse lançado um pedido de desculpas, pois determinadas acusações deviam apenas ser feitas acompanhadas de provas.

Louvou o Presidente da Junta de Outeiro pelo trabalho que fez nas ruas de Sirvozel.

Lembrou que a estrada até Sirvozel está completamente destruída porque a empresa a danificou muito.

O deputado Mário Mendes deu os parabéns à Câmara pela elaboração do documento apresentado que demonstra uma boa engenharia financeira. Com menos dinheiro, o volume de obras é grande.

Agradeceu o pacote que está dirigido à freguesia de Salto. São obras de extrema importância.

Congratulou-se com o trabalho feito pelo Ecomuseu, só lamenta que tenha vindo tão tarde pois já se perdeu muito património. Espera que este investimento se realize o quanto antes porque o património existente nas Minas da Borralha é mais do que suficiente para trazer muita gente a Montalegre. Parabéns à Câmara e um bom Natal a todos.

O deputado António Cascais disse que há coisas que não vale a pena ser discutidas. A Borralha envergonha-nos a todos. A obra vem com algum atraso, pois já é referida há muitos anos e em outros planos.

Sobre a apresentação dos documentos em discussão, disse que lhe parecem ser maçudos e muito complicados e de difícil leitura. Sabe que cumprem as regras do POCAL, mas torna-se difícil saber qual a intenção da Câmara em determinadas áreas e deu o exemplo da educação.

Disse que se verifica que nas receitas correntes, há quatro pilares de receitas. O volume de receitas próprias já é considerável e permite alguma margem de manobra à autarquia.

Falou sobre o vínculo à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e do boato que rola que os municípios do Alto Tâmega não querem consumir a água

por esta empresa. Gostava de saber o que se passa, pois trata-se de dinheiro de todos.

Sobre a verba das receitas correntes disse que discorda no que diz respeito à venda de serviços (negócio das eólicas e receitas da EHATB) pois o Senhor Presidente da Câmara tem sempre a tendência a empolar esta receita e o dinheiro nunca chega a entrar nos cofres da Câmara. Disse que gostava de ver as contas dessa empresa com mais transparência porque enquanto o Primeiro Ministro anunciava as medidas de austeridade, o conselho de Administração dessa empresa, bem como os Presidentes de Câmara do Alto Tâmega, andavam a deliciar-se no Dubai.

Disse que há verbas pouco claras e para dar exemplos concretos falou das verbas gastas na manutenção do campo de futebol de Montalegre, Pista Automóvel, Pavilhão Gimnodesportivo. Relativamente ao campo de futebol, disse que começa a ser insuportável a manutenção da relva e devia pensar-se na sua substituição.

Disse que concorda com o volume de obras, só não concorda com o atraso porque elas já deviam estar feitas há muito tempo. Existe ainda um rol de obras que estão feitas, mas que exigem custos de manutenção e funcionamento muito elevados.

Disse que a regeneração da Vila de Montalegre, junto ao Cávado, tem um volume apreciável e isto daria não para nos corrigirmos do passado mas para nos precavermos do futuro. É aqui que vale um bom plano estratégico. A Vila de Montalegre está excessivamente espalhada e isso tem altos custos per capita.

Disse que em Frades há alguma dificuldade de acesso na parte nascente pois há grande passagem de tractores, carros, etc. Devia-se tentar resolver este problema dada a utilidade da estrada para a aldeia.

Sobre os saneamentos, disse que as aldeias junto à Barragem dos Pisões continuam a ser as mais beneficiadas e comunga da opinião do deputado Domingos Vasconcelos pois não deveria ser retirado do plano o saneamento de Ferral. Está na hora do concelho fazer mais qualquer coisa. Não podemos continuar a abordar o dia-a-dia. Faz falta fazer algo com ousadia, para que o concelho não morra. Faz falta que os órgãos públicos sejam os motores da iniciativa privada.

Disse que se abstém na votação do plano e orçamento.

O deputado Pedro Barroso falou do aumento das tarifas da água na ordem dos 4,7% e disse que está muito acima da inflação.

Disse que leu que a empresa Águas de Trás-os-Montes vai tentar implementar consumos mínimos e isso não é muito justo.

Sobre o plano de investimentos, há muitas obras que as pessoas já esperam há muito tempo e espera que este plano tenha uma maior realização do que o do ano anterior.

Disse que o Presidente da Câmara admitiu que é um dos piores projectos que a Câmara teve, no entanto vê as piscinas serem contempladas com uma verba considerável.

O deputado Joaquim Pires disse que o orçamento e o plano são opções políticas e que são discutíveis e lamenta que a estrada de Lamas a Paradela ainda não tenha sido feita pois é uma estrada fundamental e que precisa de intervenção.

Disse ainda que a estrada de Salto a Cabeceiras precisa de melhoramentos.

Em resposta aos interpelantes, o Senhor Presidente da Câmara, sobre as Águas de Trás-os-Montes disse que é uma boa ideia, mas é mau exemplo e que não deve ter solução. Em Portugal há muita solidariedade, mas quando chega a hora dos ricos pagarem aos pobres, estes não querem pagar.

Disse que Montalegre aceitou este compromisso por obrigação de solidariedade. Mas as Águas de Portugal estão a cobrar tarifas muito altas e essa situação torna-se incomportável. Quem tiver que pagar a água, o saneamento e o lixo, na totalidade, em pouco tempo vai à falência. Disse que todos os municípios estão a preparar uma reivindicação às Águas de Portugal para que o Governo resolva de forma a que se consiga uma tarifa aceitável. É uma negociação difícil e Montalegre e Boticas é quem está em melhores condições pois tem apenas uma ETAR. Os saneamentos de Padornelos, Sidrós, Vila Nova e S. Vicente não estão feitos porque as pessoas não vieram pagar o ramal. É uma questão de justiça para com as freguesias que pagam. Não se avançou já com estas obras por questões de prudência já que poderiam ser financiadas pelas Águas de Trás-os-Montes ou pelos fundos comunitários atribuídos à Câmara.

Disse que o jardim-de-infância de Ferral não está no plano e não vai estar enquanto não se resolver o Centro Escolar do Baixo Barroso. O Centro Escolar de Salto não foi feito porque não há alunos e não se justifica tal investimento tendo em conta a realidade educativa actual.

Disse que as finanças da Câmara estão saudáveis e a dívida é muito pequena. Temos dinheiro para fazer obras em várias freguesias, para meter mais pessoal e para aumentar até os salários. Mas é preciso canalizar muito do nosso dinheiro para outras obras. Quem está à frente da Câmara tem que preparar as finanças da Câmara para o futuro.

Sobre a compra das casas da Borralha, referiu que foi um bom negócio e foi feito só no último dia pois tínhamos que dar resposta por causa de candidaturas a fundos comunitários e ao Turismo.

Sobre a ousadia reclamada pelo deputado António Cascais, disse que ousadia teve o deputado em vir dizer que está iminente o seu regresso à luta política, porque nunca de lá saiu. Deu os parabéns à nova Comissão Política do PSD

Disse que a Câmara foi criticada porque tem um plano grande, mas o que realmente a Câmara tem é uma grande realização financeira. Admitiu que é verdade que não vai fazer tudo o que é preciso, pois quem vier ainda tem muito que fazer. É preciso ter muita certeza no caminho que se trilha.

Disse que a apresentação geral do plano é o modelo oficial da contabilidade, apesar de se poder ampliar um pouco mais.

Falou do aumento do IMI e disse que é resultado de uma reforma feita pela Dra. Manuela Ferreira Leite mas essa reforma ficou pela metade porque só alguns é que pagam. Só se conseguia aumentar essa receita se todos pagassem. E se os prédios antigos pagassem, conseguia-se diminuir o IMI nas casas novas.

Perguntou se não houvesse uma tarifa de disponibilidade, quem é que pagava os custos de milhares de casas que apenas consomem água no mês de Agosto. Se essas casas não pagassem teríamos de aumentar a taxa aos que consomem água durante todo o ano pois há sempre avarias, envio de facturação e substituição de contadores.

Sobre as mordomias dadas pela EHATB, disse que não são grandes mordomias, nem benesses. Mas não se admira que a oposição se preocupe com os jantares da Câmara, com os pneus do seu carro e se preocupe e mostre alguma inveja.

Disse que é preciso fazer a manutenção do relvado do campo de futebol porque foi compactado e é preciso fazer algumas intervenções pois jogam lá cinco equipas das camadas jovens.

Sobre a intervenção feita na rede viária, disse que não é uma intervenção qualquer. Sobre a estrada de Ferral, disse que a obra está iniciada: vai ser fresada, repavimentada, pintada e isso vai levar algum tempo, mas fica para durar 15 ou 20 anos.

Sobre o reordenamento da vila de Montalegre, disse que ainda bem que veio o PDM que limitou a construção. Mesmo assim, há algumas construções legais que ficam mal, mas o PDM é que manda, não é a minha opinião. O ordenamento tem que ser muito bem feito se não é uma desgraça das finanças públicas porque levar água, electricidade e saneamento a todo o lado custa muito dinheiro. A obra da regeneração da vila está a ser feita porque havia uma candidatura para esse tipo de obra que não podia ser desperdiçada.

Sobre o caminho de Lamas a Paradela, disse que não há só esse caminho para fazer. Há muitos outros para fazer, mas há outras prioridades. O caminho de Pitões foi feito porque havia financiamento do INTERREG para uma freguesia na área do PNPG e também porque promove a economia local.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que quem cultiva é a Câmara e o pasto está a ser feito porque o espaço cedido para os amantes do Golf precisa de certos cuidados e eles próprios pediram para lá um rebanho porque lhes poupa trabalho mantendo aquilo em bom estado.

Sobre a cobrança de consumos mínimos de água, disse que o que há é um acordo com as Câmaras e estas é que estabelecem consumos mínimos, mas não há grandes problemas com isso.

Sobre a estrada de Cabeceiras, disse que é uma estrada igual à do rio que foi desclassificada pelo Governo PSD e que só sofreria intervenção se a Câmara aceitasse ficar com ela. A Câmara de Cabeceiras ficou com a estrada e agora já há um acordo pois esta estrada tem uma relação especial, interessando mais a Montalegre do que a Cabeceiras.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos e António Cascais.

O deputado Domingos Vasconcelos sobre os saneamentos, disse que Sidrós e Ferral saíram do plano, mas continua a lá ver a freguesia de Padornelos e à semelhança das outras freguesias também estes munícipes não pagaram ramal.

O deputado António Cascais agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a funções e cargos exercidos no Partido Social Democrata e ele estará na Assembleia Municipal de Montalegre apenas como líder da bancada e espera estar à altura daquilo que o Presidente espera de si e com certeza que proporcionarão um bom debate que traga frutos para o concelho. Perguntou quem é o líder da bancada do Partido Socialista em Montalegre.

Sobre a questão das Águas de Trás-os-Montes, disse que ficou surpreendido com o que o Senhor Presidente da Câmara assumiu e reconhece-lhe o mérito de dizer a verdade.

Sobre a EHATB, disse que o Presidente da Câmara de Montalegre tem a vantagem do facto da sua crítica abranger uma instituição cujos representantes actuais são mais do PSD do que do PS, mas seja quem for pois a maior vergonha que se passa na EHATB é o significado dessas mordomias.

Disse que leu a acta de uma Câmara do Alto Tâmega em que se pedia que a esposa do Senhor Presidente fosse a acompanhar o seu marido. O que está em causa é a falta de ética. E é por isso que o país chegou onde chegou. Disse que é intolerável que um Presidente da Câmara e membro do Conselho de Administração da EHATB seja remunerado com senhas de presença no valor de 750 euros por cada reunião. Assim como é intolerável o facto de um reformado não poder acumular funções. O erro foi feito na altura e agora querem corrigi-

lo, mas não é correcto que uma pessoa eleita pelo povo não seja recompensada por isso. Isso não lhes dá o direito de o fazer através da EHATB, isto é um excesso e uma má gestão, sob o ponto de vista moral.

O Senhor Presidente da Câmara disse que em parte concorda com o deputado António Cascais pois é preciso controlar a coisa pública.

Disse que para aquilo que faz que ganha pouco e acredita que haja muitos políticos nessa situação.

Disse que as senhas dadas pela EHATB são uma compensação pelo trabalho, muito aquém do que acontece noutras empresas semelhantes

Disse que gostava que falassem da roubalheira que se verificou no caso BPN, dos dividendos da PT que não pagam impostos, das rendas que a EDP não paga e nos prémios que recebem os gestores. São estes que põem o país na penúria.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com dois votos contra e sete abstenções.

O deputado Domingos Vasconcelos apresentou a seguinte "Declaração de Voto: "Fui candidato à Assembleia Municipal e não a uma Junta de Freguesia, pelo que me compete ter uma visão global do Concelho e não apenas de ser o representante da minha Freguesia, porque para isso, para levantar a voz pelo bem-estar, pela concretização das obras necessárias e justas ao conforto e desenvolvimento, foi eleito e tem aqui lugar o Presidente da Junta.

Porém, como ele entra mudo e sai calado e não toma posição em defesa dos legítimos interesses de quem o elegeu, é minha obrigação não deixar branquear mais uma afronta e deslealdade para com a população de Ferral.

Ferral é o exemplo e um dos motivos, mas sinto que dando este exemplo estou também a defender e a dignificar muitas outras freguesias do Concelho que têm sido tratadas com desprezo, desdém e troça por este executivo.

Já aqui uma vez demonstrei que a Câmara indica obras e benefícios nos Planos que não cumpre por sistema e fui muito criticado pela bancada socialista, mesmo por aqueles que estavam a ser defendidos.

Mais uma vez se verifica que esta Câmara, principalmente em anos de eleições, engana indecorosamente as populações com promessas que sabe que não vai cumprir, por não serem necessárias e justas, mas simplesmente porque sabendo quais são os anseios e necessidades das populações, as embustei porque não tem sensibilidade nem capacidade de empatia.

É por isso que os saneamentos de Vila Nova, Sidrós e Ferral, entre outras obras, desaparecem este ano dos Planos.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais, não é apenas por isto, mas também por isto, que só por si era suficiente, que eu voto contra os documentos aqui apresentados.

Voto ainda contra porque no estado em que o País está e este Concelho pertence ao País, não vislumbro qualquer corte em despesas supérfluas e dou-lhes como exemplo apenas as despesas de representação entre muitas e muitas outras.

Voto também contra porque hoje, já não posso dizer como noutros tempos disse que estas propostas eram mais do mesmo, visto que entendo que são um retrocesso. Nada de nada.

Voto finalmente contra porque gostaria de ver aqui de forma clara e inequívoca a intenção da Câmara de mostrar que está atenta e pronta a intervir pelos mais necessitados e pelos excluídos.

Não é que eu pense que alguém vai morrer de fome, porque felizmente em Barroso há sempre um bocado para se plantarem umas batatas e criar umas galinhas, haja vontade de trabalhar e forças.

Mas tenho muito receio que falte o dinheiro para situações básicas de conforto e bem-estar e para a conta da farmácia.

Por isto e muito mais que seria fastidioso e cansativo para quem não gosta de ouvir as verdades, ou assobia para o lado enquanto a crise não lhe bate à porta, termino reafirmando o meu voto contra. Assinado, Domingos Aguiar Vasconcelos”.

4.3 – Proposta de revisão aos Documentos Previsionais / ano financeiro 2010 / 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A revisão dos Documentos Previsionais do ano financeiro de 2010 / 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais, foi aprovado por unanimidade.

4.4 - Proposta de Mapa de Pessoal a que alude o artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o ano 2011.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que lhe parece que há erro nos cálculos e que o mapa resumo não corresponde ao mapa de pessoal na medida em que no mapa de pessoal tem 42 assistentes técnicos e no mapa resumo dá 43. No mapa de pessoal, temos 192+14 assistentes operacionais e no mapa resumo 200+30 e quanto a encarregados gerais no mapa de pessoal dá 5 e no mapa resumo dá 7. São erros que devem ser corrigidos.

Perguntou se há quadros que vão ser contratados, se há alternativas à contratação, se há intenção de colocar pessoal em regime de mobilidade, se deu conhecimento ao Ministério e a um membro do Governo para que esta assembleia saiba ao certo o que vai aprovar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as regras da contratação são cumpridas com rigor pois não é só o Presidente da Câmara que está em causa mas também todos os técnicos que promovem o concurso. A Câmara abriu concurso na altura em que as Câmaras eram ameaçadas que não poderiam fazer mais contratos e havia uma série de funcionários que estavam a trabalhar, que faziam falta e que era justo regularizar a sua situação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 - Proposta de Rectificação à Reorganização dos Serviços Municipais do Município do Montalegre, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 30 de Outubro, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de Setembro, do ano em curso.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 – Revogação da deliberação da Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro, celebrado entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 19 de Junho do ano em curso / Aprovação de Nova Minuta de Protocolo.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e António Cascais.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tem nada a dizer sobre o protocolo.

Levantou a questão do facto da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre colocar a convocatória da Assembleia-geral no Jornal de Noticias e onde se se vêem as traseiras.

O deputado António Cascais disse que a referida convocatória tem que ser colocada em dois jornais e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre colocou no Jornal de Noticias e no Noticias de Barroso.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na sua opinião o melhor seria aproveitar as instalações do Centro de Saúde para fazer a UCC mas não foi possível. Havia um projecto para uma UCC e podíamos criar 40 postos de trabalho. Esta obra tem financiamento e está-se a fazer um investimento para o emprego. O contrato não foi alterado.

Sobre a convocatória disse que não tem dúvidas que a Santa Casa da Misericórdia cumpriu as normas sobre a convocatória.

Deliberação: A nova Minuta de Protocolo foi aprovada por unanimidade.

4.7 – Protocolo “Rede Transportes Concelhia” (Transporte Público / Transporte Escolar) / Para Conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 – Aditamento ao Protocolo “Rede Transportes Concelhia” (Transporte Público / Transporte Escolar), entre o Município de Montalegre e as Empresas Rodoviária D` Entre Douro e Minho, S.A., Auto Viação do Tâmega, Lda. e Salamondetur, Viagens e Transportes, Lda.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, o aditamento ao Protocolo.

4.9– Nomeação de representantes na CPCJ de Montalegre para o biénio de 2011/2012.

A bancada do Partido Socialista propôs como representantes da CPCJ as Senhoras Ana Isabel Dias, Ana Maria Martins, Maria Clotilde Gomes e Fátima Crespo.

Posta à votação por escrutínio secreto a proposta foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor, seis votos contra e cinco votos brancos.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do nº 1 do artº92º do Decreto- Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº: 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Pires

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas